



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE  
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**PROJETO DE PESQUISA**

**O lugar do gênero na direita cristã brasileira:  
estudo sobre o Clube Antifeminista**

Tabata Pastore Tesser<sup>1</sup>

Projeto de Pesquisa de Doutorado  
apresentado ao PPGS – USP

Área de Concentração: Sociologia da Religião  
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mariano

**São Paulo**  
**2023**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [tabatatesser@usp.br](mailto:tabatatesser@usp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7615-8080>.

## 1. Resumo

O foco deste projeto é analisar antifeminismos cristãos tendo como objeto o primeiro Clube Antifeminista inaugurado no Brasil pela deputada estadual Ana Campagnolo (PL-SC). Por meio da metodologia *netnográfica* e realização de entrevistas semiestruturadas, a pesquisa buscará analisar o antifeminismo cristão (evangélico e católico) enquanto campo cultural em expansão no país através da apropriação de ferramentas de engajamento digital voltado ao recrutamento de mulheres ao discurso e ativismo religioso antigênero. O estudo pretende empreender o conceito de *ciberantifeminismos* enquanto categoria analítica para investigar estratégias de sociabilidade adotadas em espaços de formação antigênero no ambiente digital.

## 2. Delimitação do tema e justificativa

Em agosto de 2018, foi realizado no centro do Rio de Janeiro o “I Congresso Antifeminista do Brasil”. Sediado na paróquia católica Sant’Anna, o evento contou com a participação de 150 pessoas que acompanharam e compartilharam representações sociais sobre as lutas feministas, visando combatê-las. Promovido por ativistas antigênero católicas e evangélicas, o congresso, realizado pouco antes do pleito eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro (PSL) à presidência, tinha inspirações nos agrupamentos de mulheres conservadoras<sup>2</sup>.

No mestrado, investiguei esse congresso e, por meio do método *netnográfico*, a trajetória de duas deputadas federais católicas eleitas em 2018 na onda eleitoral ultraconservadora: Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL- RJ)<sup>3</sup>. Em suas atividades parlamentares, ambas se engajaram na defesa de bandeiras antifeministas, disputando o papel do Estado e das políticas públicas relativas às questões de “gênero” e aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo que reivindicaram um Estado de corte neoliberal, defenderam pautas morais antigênero e ultraconservadoras (Corrêa e Kallil, 2021, p. 70) que estimulam a reprodução do paradoxo-acusatório da chamada “*ideologia de*

---

<sup>2</sup> Como a União Cívica Feminina (1962), organizada na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964), e na Cruzada Democrática Feminina (1963).

<sup>3</sup> Foram eleitas pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018 e migraram, em 2022, para o Partido Liberal (PL). A deputada Carla Zambelli, eleita por São Paulo, possui vínculos com os grupos católicos ultraconservadores tefepistas: Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) e Arautos do Evangelho. A deputada Chris Tonietto, eleita pelo Rio de Janeiro, com a associação católica Centro Dom Bosco (CDB).

*gênero*”<sup>4</sup>. Observações realizadas na pesquisa<sup>5</sup> demonstram que grupos cristãos ultraconservadores católicos foram beneficiados ideologicamente com a eleição de antifeministas. À eles ligados, conformaram-se uma relação de apadrinhamento religioso e político. Ao identificar aproximações e distanciamentos entre os ativismos das deputadas católicas, reconheceu-se o papel central que a discussão dos Planos de Educação cumpriu em suas trajetórias no sentido de formá-las enquanto “quadros” políticos neoconservadores tendo como foco o discurso e ativismo antigênero.

Observou-se que além de disputarem espaços com deputadas *femocratas*<sup>6</sup> e evangélicas no legislativo visando promover um antifeminismo de Estado, as deputadas católicas produziam espaços de formação antifeministas na sociedade civil e nas redes sociais, como clubes, rodas de leitura, cursos, seminários, congressos, lançamento de livros, entre outros eventos. No mestrado, porém, não foi possível investigar tais espaços de formação e sociabilidade antifeministas de caráter extraparlamentar.

Esta pesquisa almeja investigar estratégias de sociabilidade adotadas por ativistas cristãs com intuito de compreender o papel das mulheres neoconservadoras no *contramovimento* antifeminista. O intuito é analisar o antifeminismo cristão através da investigação do primeiro Clube Antifeminista (curso virtual) que une mulheres católicas e evangélicas.

O ativismo político de atores cristãos tem longa história no Brasil e tem sido objeto de pesquisas nas Ciências Sociais nas últimas décadas (Almeida, 2020; Burity, 2008; Carranza, 2002; Freston, 2006; Mariano, 2016; Montero, 2006; Pierucci, 1987). O campo religioso é analisado com objetivo de reconhecer estratégias de uso e operação da religião no espaço público. A partir destas pesquisas é possível reconhecer o crescente ativismo de grupos religiosos na arena pública com perfil estritamente conservador. Grupos estes que atuam nos espaços públicos e na sociedade em geral para defender o rechaço às agendas feministas (antifeminismo) e a propagação de valores conservadores.

As abordagens sobre a relação entre antifeminismo e cristianismo se ancoram nos trabalhos de Jonet Bonet-Martí (2021), Susan Faludi (2001) e Raquel Soihet (2008). Segundo o sociólogo espanhol Bonet-Martí, os antifeminismos são *contramovimentos*

---

<sup>4</sup> O termo “*ideologia de gênero*” foi formulado na década de 1990 pela Igreja Católica a partir da Conferência Episcopal do Peru, em 1995. O termo é produto de uma colonização religiosa inspirada na Teologia do Corpo (Doutrina da Complementariedade) oriunda do Vaticano.

<sup>5</sup> Dissertação “*Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal*” (2022). Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/26529/1/Tabata%20Pastore%20Tesser.pdf>. Acessado em 29 de julho de 2023.

<sup>6</sup> Trata-se de mulheres ativistas/militantes cuja identificação é feminista e que atuam na arena pública, legislativa e governamental em defesa da igualdade de gênero e na interlocução com os movimentos feministas (Marcondes, 2019, p. 74).

transnacionais que se assumem com singularidades próprias no discurso neoconservador recente. Para o autor, que define o fenômeno no plural, *antifeminismos* exprimem *contramovimentos* exitosos (religiosos ou laicos) que questionam as agendas, demandas e conquistas dos movimentos feministas. Não se trata somente de um *contramovimento* de reação às agendas feministas, mas de uma articulação que atua como reprodução social da suposta superioridade do sexo masculino. Enquanto *contramovimento*, pode assumir distintos tipos de caracterização: antifeminismo masculinista, *ciberantifeminismos*, antifeminismo religioso-cristão, antifeminismo pós-feminista, antifeminismo de Estado e antifeminismos interseccionais.

A jornalista estadunidense Susan Faludi trabalha com a abordagem histórica do antifeminismo, evidenciando seu surgimento na reação da *Christian Right* norte-americana, liderada por *evangelicals* e fundamentalistas, mas composta igualmente por católicos e mórmons, a partir da década de 1970. Para Faludi, o antifeminismo representa um “*backlash*”, um refluxo social que adere a princípios patriarcais no intuito de mobilizar a retórica reacionária da direita.

A psicóloga brasileira Raquel Soihet (2008) define o antifeminismo enquanto uma dominação patriarcal que não exclui a presença de variações e manipulações por parte dos dominados. Isto significa que as mulheres, ou mais especificamente mulheres antigênero, também reproduzem a ordem patriarcal no interior da sociedade a partir de um instrumento conservador que resguarda privilégios e reproduz violências simbólicas.

A literatura sociológica que trata da organização de movimentos sociais vêm apontando a necessidade de analisar os *contramovimentos* sociais (Kunarath e Mazzili, 2020). A reflexão sobre *contramovimentos* aparecem enquanto uma crítica ao foco da investigação acadêmica predominantemente direcionada ao campo progressista. Este olhar desfavoreceu outras análises sobre a presença de atores conservadores/dominantes na sociedade, como as mulheres. Este estudo busca, como parte da necessidade de se compreender os *contramovimentos* sociais, analisar um estrato destes atores tendo como foco a articulação religiosa de interlocutoras (mulheres e cristãs) em espaços antifeministas.

Os antifeminismos podem ser interpretados enquanto *contramovimentos* pois suas mobilizações contestatórias atuam em reação às mudanças sociais provocadas pelas agendas feministas. Os *contramovimentos* antifeministas existem com intuito de gerar processos de oposição e conflito, uma vez que desafiam ou ameaçam interesses, valores e posições sociais (*et. al* 2020, p. 32) historicamente defendidos pelos feminismos.

A pesquisa pretendida visa compreender o alinhamento programático de mulheres

neoconservadoras católicas e evangélicas no estabelecimento de uma "direita cristã brasileira" (Lacerda, 2019). Dentre os objetivos desta direita cristã está a demarcação ideológica para as questões consideradas “morais”, o que inclui uma extensa reação conflituosa e reacionária aos debates favoráveis à sexualidade e reprodução.

Os debates morais se apresentam como umas das formas de articulação da narrativa religiosa na sociedade com objetivo de mobilizar sentidos e regular, na perspectiva weberiana, as condutas dos indivíduos.

Vários(as) pesquisadores(as) (Biroli, Campos-Machado e Vaggione, 2020; Corrêa, 2018; Kallil, 2019) têm analisado os reflexos da chamada “agenda antigênero” na sociedade brasileira. A pesquisadora Sônia Corrêa analisa que os impactos e estratégias desta agenda reativa compõem parte da episteme conservadora de caráter transnacional que nas últimas décadas permitiram uma “cruzada antigênero” (2018). Tal cruzada é protagonizada por setores religiosos cristãos (e laicos) e vêm sendo formulada desde o Comitê Preparatório da IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim (1995). O embate gerou controvérsias sobre o uso do termo “saúde reprodutiva” e questionamentos, principalmente por parte da Igreja Católica, do gênero como camada cultural sobreposta ao sexo biológico (*et. al*, 2018, p. 7).

Desde os marcos internacionais que firmaram os direitos das mulheres<sup>7</sup> enquanto direitos humanos, como Cairo (1994) e Beijing (1995), alguns episódios explicam a ascensão dos atores neoconservadores de raiz religiosa na arena pública. Passaram as últimas décadas, inflados pelos resultados políticos destes marcos, em uma articulação de diferentes níveis da sociedade com objetivo de “restauração moral” dos valores religiosos, permitindo uma luta do “bem” contra o “mal” ancorada nos debates de gênero e sexualidade<sup>8</sup>.

Entre os temas especulados desta cruzada no Brasil estão o estímulo da narrativa do “*kit gay*” em oposição ao Programa Brasil Sem Homofobia em 2011; a posse do Pastor Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara em 2010; a aprovação do Estatuto da Família em 2015; desinformações relacionadas ao gênero como a incursão da “*ideologia de gênero*” nas discussões dos Planos de Educação em 2015; a tentativa de criminalização da pílula do dia seguinte em 2015 e a extensa mobilização legislativa pela criminalização máxima do aborto de 1999 à 2019 (Luna, 2019).

---

<sup>7</sup> Os feminismos interseccionais são críticos do caráter universalista que estes marcos internacionais sobre o gênero firmaram (Crenshaw, 2002). Liderado por feministas brancas e norte-americanas, em sua maioria, as reivindicações do movimento sofreram críticas de uma certa invisibilidade interseccional que anulou critérios de raça, geração e renda na compreensão dos direitos (sexuais, políticos) das mulheres enquanto direitos humanos.

<sup>8</sup> Estudos apontam que, para além das questões consideradas “morais”, outros aspectos têm mobilizado grupos religiosos conservadores, como economia, imigração e terrorismo (Alves-Junior e Rocha, 2021, p. 4).

O desfecho desse processo neoconservador que articula setores militares, empresariais, grupos antidireitos católicos e evangélicos, agenda econômica neoliberal, discurso e políticas antigênero foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Entretanto, o caminho neoconservador brasileiro não se iniciou no último processo eleitoral. Ele é fruto de uma conjuntura internacional iniciada a partir da instalação da Direita Cristã na política norte-americana ao final dos anos 1970 (Alves-Junior e Rocha; 2021). A reação da *Christian Right*, que teve como consequência a eleição de Reagan e Trump, unificou evangélicos e católicos na pauta antiaborto e concebeu uma direita com traços de nacionalismo cristão em um fenômeno político-ideológico que rapidamente se espalhou para a América Latina.

Reagan, Trump e Bolsonaro se alinharam a este neoconservadorismo religioso que articula através das defesas das instituições tradicionais, como a igreja e a família, uma geração de políticos neoconservadores (Biroli, Campos-Machado e Vaggione, 2020). O prefixo “neo” justifica-se pela articulação ideológica destes políticos no respaldo à agenda moral para resguardar o tradicionalismo familista enquanto, a partir de um mesmo projeto, defendem o Estado mínimo.

A autora Wendy Brown (2020) aponta que a ascensão antidemocrática no Ocidente conta com atores neoconservadores e ocorre por meio da promoção dos valores familistas. Neoliberais e neoconservadores se juntam com objetivo de propagar o discurso da família enquanto uma “obrigação natural” de zelar pelos seus, discurso que descredencia o papel do Estado nas políticas de bem-estar social como investimento educacional, saúde e bem-estar das crianças (Brown, 2019, p. 114).

É possível identificar, por exemplo, o discurso religioso familista durante a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2015. Levantamentos<sup>9</sup> mostram que as palavras mais utilizadas para aprovar o prosseguimento do processo foram “deus”, “nação” e “família”. As declarações de teor neoconservador foram proferidas em maior parte por deputados cristãos: evangélicos e católicos. O argumento principal destes votos foi o tripé “nação, deus e família”, responsável por calçar a narrativa eleitoral reacionária das eleições de 2018.

Outro elemento evidente do discurso reacionário que se articula neste tripé, e foi evocado nesta mesma eleição, foi o da narrativa antigênero. O que move o interesse desta pesquisa é analisar o fato de que, historicamente, os protagonistas das políticas, ocupações e narrativas antigênero em confrontação com o Estado são lideranças masculinas: deputados,

---

<sup>9</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>>. Acesso em 02 de setembro de 2022.

padres, pastores, arcebispos, leigos e etc. Mesmo havendo um corpo de mulheres católicas no associativismo conservador, como houveram nas Marchas de Deus pela Família e Liberdade e em grupos integralistas (Cordeiro, 2009), estas não tinham engajamento religioso na política institucional. A partir de 2018, no entanto, é possível identificar a ascensão de lideranças femininas cristãs (evangélicas e católicas) evocando o discurso antigênero familista a partir deste tripé argumentativo e aderindo, como categoria de autoidentificação social em suas plataformas eleitorais, o antifeminismo. Desta forma, torna-se salutar compreender como o ativismo de mulheres cristãs antifeministas vem ganhando evidência no debate político ao possibilitar espaços de liderança historicamente negados a este grupo socialmente subalternizado.

### **3. Delimitação do problema da investigação**

Nos últimos anos, o engajamento de setores católicos e evangélicos em defesa das agendas morais possibilitou a ascensão de um novo segmento social na esfera política. Lideranças, sobretudo masculinas, dada a condição de invisibilidade institucional das mulheres na política, passaram a exercer um *ativismo religioso conservador* (Mariano, 2016) protagonizando importantes embates públicos, como foi o caso das discussões e produções do termo “gênero” e sexualidade nas políticas públicas de educação, à exemplo dos Planos de Educação entre 2015 à 2018 (Vianna e Bortolini, 2020).

Foi na eleição de 2018, momento em que o Brasil elegeu um líder de extrema direita de identificação religiosa cristã, que a definição sobre a ocupação religiosa nos espaços públicos passou a ter significados mais explícitos. Permeada debates sobre gênero na cena pública e realizada após a derrubada da primeira mulher eleita no país, a eleição de 2018, paradoxalmente, proporcionou o aumento de 50% na bancada de mulheres na Câmara dos Deputados<sup>10</sup> em comparação à eleição anterior (2014), chegando a 77 deputadas eleitas das 513 cadeiras.

Este aumento foi acompanhado de múltiplos fatores. Um deles é justamente as discussões sobre ampliação das cotas de mulheres na política, o que forçou diferentes partidos a lançarem candidaturas femininas. Foi uma eleição marcada pelo recorde de candidaturas de mulheres e negros<sup>11</sup>, resposta ao feminicídio político da vereadora Marielle

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

<sup>11</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/pais-tem-proporcao-recorde-de-candidaturas-de-mulheres-e-negros.shtml>>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

Franco. Aquela disputa eleitoral também foi pautada pela maior manifestação feminista já registrada na história do Brasil: o #EleNão. No entanto, e é esse o interesse empírico que se insere nesta pesquisa, o perfil da maioria das deputadas federais eleitas em 2018, segundo o levantamento da Revista Gênero e Número<sup>12</sup>, é antifeminista, religioso e/ou conservador. O investimento exitoso na eleição de 2018 em antifeministas, foi uma ação orquestrada por partidos de direita. Segundo o artigo "*Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023)*"<sup>13</sup> das 77 "deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura, 43 (55,8%) estão posicionadas à direita do espectro ideológico político-partidário; 25 (32,5%) estão posicionadas à esquerda; e 9 (11,7%) ao centro" (Silva, Chaves e Barbosa, 2023, p. 110).

O crescimento da organização de mulheres conservadoras foi acompanhado pela crescente mobilização dos feminismos em diferentes partes do mundo (Piscitelli, p. 9, 2002).

Na virada do século XIX para o século XX, o centro da agenda feminista encontrava-se na discussão sobre direitos sociais, equiparação salarial e empregatícia e reconhecimento de direitos civis. Dos anos 1960 até 1980, a plataforma programática dos feminismos no Ocidente esteve centrada nas demandas das chamadas "políticas do corpo". Demandas relacionadas às reivindicações sobre sexualidade, reprodução, autonomia, família, aborto e maternidade ganharam prioridade no movimento.

A virada programática nos feminismos (Piscitelli e Goldani, 2002) possibilitou uma nova confrontação das igualdades de gênero a partir do reconhecimento das relações de poder entre homens e mulheres. Durante as chamadas quatro ondas<sup>14</sup> do feminismo-ocidental, cuja influência vinha da Europa e Estados Unidos, temas como público e privado e autodeterminação sexual ficaram ainda mais evidentes. As reações aos feminismos foram ganhando força à medida que o feminismo se transformava em uma plataforma política em diferentes países e instâncias globais (Pinto, 2010, p. 20).

No âmbito internacional, houveram episódios de contraofensiva antifeminista protagonizados por mulheres conservadoras. A advogada norte-americana Phyllis Schlafly<sup>15</sup> se destacou como uma das principais lideranças antifeministas durante o *Eagle Forum* na

---

<sup>12</sup> Disponível em

<<https://www.generonumero.media/reportagens/com-bolsonaro-presidente-bancada-feminina-eleita-para-o-congresso-reflete-polarizacao-politica-expressa-nas-urnas/>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.scielo.br/j/se/a/BTqBy6bDFPzfkHPN8vgqCjb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 27 de julho de 2023.

<sup>14</sup> A definição de "ondas do feminismo" é uma perspectiva que já vem sendo questionada histórica e numericamente pela literatura dos Estudos de Gênero, mas tomemos como base para direcionar o problema de investigação.

<sup>15</sup> Ver: documentário "Mrs. America" (2020) produzido pela diretora e atriz Cate Blanchett aborda a trajetória da advogada conservadora Phyllis Schlafly.



década de 1960. Munida de símbolos antiaborto e com direito à distribuição de pães caseiros para ‘donas-de-casa’ e miniaturas de gesso imitando fetos, a ativista conservadora organizou manifestações e venceu, em vários estados, liderando a oposição à Emenda da Igualdade de Direitos (ERA) nos Estados Unidos.

Outro episódio de contraofensiva é a criação da Coalização de Mulheres pela Família (1997), organização da direita católica norte-americana liderada pela jornalista Dale O’Leary (Corrêa, 2018) e que serviu como base para a posição ideológica das mulheres de direita “que não temem dizer seu nome”.

No Brasil, durante a década de 1930, inspiradas no fascismo italiano de Mussolini, mulheres inscritas na Ação Integralista Brasileira (ABI) foram nomeadas de “blusas-verdes” e tornaram-se estratégicas para o grupo integralista no papel de defesa da maternidade, reprodução de novos adeptos e educação dos filhos na filosofia integralista. As “blusas-verdes” protagonizaram uma mobilização feminina com as falangistas do Cone Sul e foram a organização de extrema direita que mais mobilizou mulheres no Brasil até os anos de 1960 (Ãrino, 2019).

Segundo a pesquisadora Janaína Cordeiro (2009) a participação política de mulheres conservadoras emergiu no Brasil no início da década 1960 com as "entidades cívicas femininas".

*Apresentando-se publicamente como mães, esposas e donas de casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de - "alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático" (Cordeiro, 2009, p. 112)*

A reação de mulheres conservadoras brasileiras foi sendo articulada na medida em que o “feminismo civil” (da participação política e das reivindicações trabalhistas) foi sendo consolidado. Evidenciou-se, durante a ditadura civil- militar, na criação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a Coalizão de Mulheres pela Família (CANDA). Os grupos formados por mulheres católicas buscaram “desmistificar a memória da resistência da sociedade brasileira, uma vez que é inegável a ressonância que os discursos anticomunistas dos grupos de mulheres tiveram em 1964” (*et.al*, 2009, p. 22). Outros grupos liderados por mulheres conservadoras como a União Cívica Feminina (1962), Liga das Mulheres Democráticas de Belo Horizonte, Cruzada Democrática Feminina de Recife e Associação Democrática Feminina de Porto Alegre, liderada por esposas de militares cristãos, aderiram ao discurso nacionalista culminando na organização da Marcha da Família com Deus pela

Liberdade em 1964 (Fabrício, 2011, p. 109).

A socióloga inglesa Sara Farris (2017) ao analisar o *purplewashing*<sup>16</sup> no Ocidente apresenta o conceito de “*feminacionalismo*” (femonationalism). A autora aponta que as nacionalistas de direita adotam a ideologia político-masculinista para invocar os direitos das mulheres com insígnias etnonacionalistas, racistas e aporofóbicas. Segundo a autora, entre as insígnias mobilizadas está justamente a ideia de “nação”, por exemplo. Ao mobilizar discursos de combate à violência de gênero, partidos de direita e mulheres nacionalistas reproduzem o clássico tema da “mulher e a nação”. Ao fazê-lo, são identificados enquanto “portadores do coletivo” e “reprodutores da nação” onde se ancoram “a political style or a rhetorical device whose conceptual signifier lies in nationalism and its historical (racist) institutions” (Farris, 2017, p.61).

O engajamento das mulheres feminacionalistas de 1930-1964 qualifica-se com a presente autoidentificação das mulheres reacionárias de 2022 no Brasil: o elemento religioso não foi descartado. O que os episódios recentes apontam é que a religiosidade cristã, através do antifeminismo, aloca-se como um elemento de mobilização retórica enunciativa para proporcionar às mulheres a disputa dos valores conservadores (nacionalistas) no imaginário social. No entanto, um novo contorno remodela a retórica antifeminista das atuais ativistas antigênero: a dinâmica de comunicação via redes sociais que possibilita engajamentos antigênero por meio da *internet*.

A pesquisadora feminista Heloísa Buarque de Almeida (2019) caracteriza que desde 2013 o campo feminista se organiza através das redes sociais para denunciar a cultura do estupro, à exemplo das campanhas “*Chega de Fiu Fiu*” e “*Meu Primeiro Assédio*”. Na definição da autora, os “*feminismos das hashtags*” estão centrados na busca de voz e reconhecimento através das novas mídias digitais e são fruto da construção de novos tipos de “publicidade” das agendas feministas (Almeida, 2019, p. 25). Seguindo o argumento da autora de midiatização dos feminismos no Brasil e, acrescento, o fato de lideranças cristãs influencers estarem investindo em cursos/clubes antifeministas através da *internet*, podemos definir que estamos diante de uma contraofensiva dos “*antifeminismos das hashtags*”?

Os movimentos feministas alcançaram visibilidade midiática e foram responsáveis por questionar o lugar da mulher na sociedade, colocando em xeque o núcleo do discurso conservador-religioso que, embora não mais restrinja o papel das mulheres ao lar e à

---

<sup>16</sup> Segundo definição do feminismo-decolonial palestino, *purplewashing* refere-se as estratégias políticas de marketing que indicam um suposto compromisso com a igualdade de gênero. Estratégias estas que são utilizadas por agências globais e países ocidentais que, não alcançaram autêntica igualdade entre homens e mulheres, mas criticam as desigualdades em outros países ou culturas, especialmente onde se há uma maioria muçulmana.

reprodução, o secundariza em relação ao papel desempenhado pelos homens no mercado de trabalho, nas redes sociais e na esfera pública (Tesser, 2022).

O problema de investigação localiza-se na seguinte reflexão: se eram os homens os portadores desta agenda reacionária antigênero com ampla participação nas decisões que envolvem Estado e religião (padres, pastores, bispos, leigos, deputados católicos/evangélicos e etc.); com a expansão das discussões sobre gênero e igualdade; com a lenta ampliação da participação de mulheres na política; com a midiaticização dos feminismos; com o crescimento do discurso de igualdade de gênero nas redes e nas ruas; com a mudança na publicidade da agenda feminista por meio da *internet*; qual tem sido o papel e atuação das mulheres conservadoras cristãs nestes usos de discurso antigênero na esfera digital?

A pesquisa pretende aprofundar reflexões iniciadas na pesquisa de Mestrado sobre os antifeminismos, a esfera religiosa e a política. Ao final daquele estudo, foram encontradas influenciadoras/interlocutoras cristãs que estavam pautando questões de gênero e sexualidade nos ambientes digitais. Além de um investimento político, cristãs que buscam, por meio das redes sociais, articular espaços pedagógicos voltados ao tema dos antifeminismos. Durante a investigação sobre influencers cristãs, deparei com a atuação da deputada estadual evangélica Ana Campagnolo (PL- SC), fundadora do primeiro Clube Antifeminista do país (2021).

A parlamentar também é autora de livros antifeministas e os vende em sua livraria como “*kit Campagnolo*”<sup>17</sup>, que inclui os títulos “*Feminismo: Perversão e Subversão*” (2019) e “*Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*” (2021).

A pesquisa pretende compreender como os antifeminismos ganham forma em iniciativas protagonizadas por mulheres conservadoras nas redes sociais através do engajamento digital e em conteúdos editoriais. É possível definir que estamos diante da construção de um campo intelectual-antifeminista no país a partir de mulheres cristãs?

Considera-se fundamental cruzar interdisciplinarmente as discussões da Sociologia da Religião e as Teorias de Gênero para entender a organização deste contramovimento antifeminista na sociedade brasileira. O foco é analisar o ativismo de mulheres cristãs conservadoras sem negligenciar a participação historicamente consolidada dos homens na reprodução da ordem patriarcal até aqui. Isto é, voltar a lupa de análise para elas próprias: às mulheres cristãs antigênero.

---

<sup>17</sup> Disponível em <<https://livrariacampagnolo.com.br/kit-ana-campagnolo>>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

#### 4. Objeto

A pesquisa tem por objeto investigar sociologicamente o primeiro Clube Antifeminista do Brasil. O site que hospeda o ‘Clube Antifeminista’ (curso) está numa plataforma maior de cursos e clubes conservadores. Não se restringe, portanto, ao tema dos antifeminismos.

Inaugurado em agosto de 2021, o curso virtual reúne, em 2023, 77.8 mil seguidores na rede social *Instagram*<sup>18</sup>. O clube, configurado enquanto curso, constitui-se em uma iniciativa que oferta conteúdos formativos por via de uma plataforma de *e-commerce* virtual (CursosLogy<sup>19</sup>) onde na aba “feminismo” encontram-se à venda cursos e aulas antifeministas.

O *slogan* escolhido para definir o Clube é “*A história das mulheres, dos homens e do movimento feminista desde os primórdios da civilização até o século 21 reunida em um único curso.*” O clube apresenta-se como categoria de “cursos” e tem duração de 60 horas e seis módulos que são vendidos por R\$382,80, podendo ser parcelado em até 12 vezes. A sinopse do curso apregoa:

Este é o curso mais completo e barato (pode pesquisar) da internet sobre a história das relações dos sexos ao longo da história: desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pela Modernidade, discorrendo sobre casamento, trabalho e educação até a propaganda abortista e a teoria de gênero do século XXI. Neste curso, você entenderá as raízes e motivações do grupo ideológico mais perigoso das últimas décadas. Com um poder de infiltração gigantesco e impressionante organização político-partidária, o feminismo tomou a mente de adultos, jovens e adolescentes através da mídia, das universidades e da propaganda exaustiva sobre a suposta desgraçada condição feminina. Mostraremos a você as coisas grandiosas que mulheres imponentes e poderosas fizeram ao longo da história enquanto apresentamos o contexto social de cada época histórica. Quem fornece o curso: O Clube Antifeminista tem vários professores: artistas, filósofos, jornalistas, sociólogos, historiadores, médicos e advogados. Todos os professores foram reunidos e organizados pela professora titular do curso, a deputada Ana Campagnolo, autora do primeiro livro antifeminista do país. Para quem é o curso? Para qualquer homem ou mulher que desconfia que há algo de errado com o movimento feminista e deseja ter clareza, firmeza e convicção sobre o que argumentar e como se defender (Clube Antifeminista, 2022).

A partir da sistematização feita pela página web é possível entender que o Clube Antifeminista se estrutura em seis módulos com aulas virtuais cujos temas são: “apresentação”, “comunidade”, “Antiguidade”, “Idade Média e Moderna”, “Primeira e Segunda Onda”, “Família e Aborto”, “Terceira Onda e Gênero”, “encerramento”, “o caráter

---

<sup>18</sup> Em dezembro de 2022 o clube tinha 86.7 seguidores. Quando refeita a pesquisa em julho de 2023 a métrica foi para 77.8 mil seguidores. A autora não encontrou uma ferramenta segura para mensurar o histórico de seguidores no *Instagram*.

<sup>19</sup> Disponível em <<https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

anticristão do feminismo”. O curso se encerra com um bônus temático chamado “Mentiras feministas, respostas históricas rápidas”, que aborda questões como direito ao voto, violência contra às mulheres, “lavar cuecas do marido”, estudo e trabalho por mulheres.

A relação deste Clube com o hub da direita é evidente. A fundadora do Clube Antifeminista, Ana Caroline Campagnolo, apresenta o programa “*A Face Oculta do Feminismo*” e é autora do e-book “*Feminismo e Marxismo: com Ana Campagnolo*” na plataforma Brasil Paralelo (BP). A BP, produtora de filmes bolsonaristas, foi fundada em 2016 em um modelo de negócios freemium com cobrança de assinaturas mensais e surgiu com discursos de combate à “ideologia marxista presente na Netflix”. Em 2023 a plataforma divulgou ter 500 mil membros assinantes<sup>20</sup>, 50 cursos com temáticas conservadoras e 70 documentários com objetivo de “*resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros*”. Iniciativa que se soma a outros institutos de alinhamento ideológico conservador, como Borborema, Liberal, Milenium e Mises Brasil.

Ao pesquisar “feminismo” no *Google Trends*, ferramenta que possibilita mapeamento em tempo real de palavras na *internet*, o “*Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*”<sup>21</sup>, conteúdo exclusivo do curso antifeminista, aparece em 12º lugar com 500% de aumento de procura nos últimos doze meses no Brasil. Outro indicativo do alcance do curso é que, ao aplicar o nome “antifeminismo” na mesma ferramenta, em quarto lugar dos “assuntos relacionados”<sup>22</sup> aparece o Clube Antifeminista (curso) como um dos mais procurados.

## 5. Objetivos

- a. Descrever estratégias de sociabilidade e discurso midiático-religioso adotadas neste espaço de formação antifeminista através da internet. Investigar, a partir do Clube Antifeminista, espaços de *ciberantifeminismos* na apropriação de ferramentas de engajamento digital para recrutamento de mulheres ao discurso e ativismo antigênero.
- b. Identificar se as “ideólogas antifeministas” e/ou palestrantes do clube/curso possuem inserção institucional e em quais cargos. Apontar para identificação do recorte social das participantes, origem social das mentoras (líderes e

---

<sup>20</sup> Disponível em:

<<https://exame.com/negocios/com-500-mil-assinantes-brasil-paralelo-quer-evitar-polemicas-e-sonha-ser-a-disney-brasileira/>>. Acesso em 30 de julho de 2023.

<sup>21</sup> Pesquisa de alcance feita em 02 de setembro de 2022.

<sup>22</sup> Idem.

fundadoras deste curso, mas também daquelas/es que são chamados/as a participar). Investigar os perfis das consumidoras/interlocutoras destes cursos e seus vínculos religiosos e políticos. Sobre palestrantes e promotores, interessa identificar seus cargos, formações, confissão religiosa e espectro ideológico.

- c. Investigar quais categorias são mobilizadas pela autora Ana Campagnolo no livro "*Feminismo perversão e subversão*" e "*Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*" durante o curso, bem como identificar formas de inserção no mercado editorial e interesses econômicos aos quais elas representam. Compreender os repertórios antifeministas acionados no sentido de validar ou refutar as discussões dos Estudos de Gênero.

## 6. Hipótese

A hipótese a ser trabalhada é a de que estes espaços de clubes e rodas de leitura visam remodelar discussões sobre gênero na sociedade enquanto uma “pedagogia antifeminista” (que integra e reposiciona posições hierárquicas de gênero com discursos centrado na maternidade compulsória e na estrutura conjugal do matrimônio). A pesquisa pode apontar para o uso de *ciberantifeminismos* enquanto um campo cultural em expansão na América Latina que atua por meio de um *hub* de cursos de ideólogos da direita que inclui estratégias de 1) atuação no legislativo, 2) investimento no mercado editorial (*e-commerce*) com inspiração nos modelos virtuais das *think thanks* femininas, flertando, em certa medida, com os cursos de "auto-ajuda" e treinamento *coaching* e 3) revisionismo histórico sobre as agendas feministas tendo a virtualidade como palco dessas disputas revisionistas. O clube/curso antifeminista enquadra-se na categoria “gênero” neste *mix* de entretenimento audiovisual e formação política voltada para a direita e extrema direita. Sobre as discussões de gênero e religião, apresenta-se, hipoteticamente, uma relação entre ação parlamentar e ação intelectual em que lideranças evangélicas são protagonistas do recente processo de “institucionalização dos antifeminismos” (Aquino, 2020) no país. O clube, portanto, não constitui somente uma reação conservadora aos feminismos protagonizada por mulheres cristãs, mas é um ativismo cibernético propositivo com objetivo de reunir pessoas e mobilizar sentidos por meio do questionamento às pautas de gênero e sexualidade. Possibilitando, nesse sentido, um determinado fenômeno de ecumenismo antifeminista que reúne, agrega e forma jovens lideranças evangélicas e católicas aos valores conservadores a partir de estratégias de

engajamento digital.

## 7. Metodologias e Procedimentos de Pesquisa

Para investigar a hipótese e os objetivos da pesquisa, adotarei duas metodologias qualitativas: a *netnografia* (Kozinets, 2014) em formato de observação-participante no Clube Antifeminista e a aplicação de entrevista semiestruturada com questões abertas e gravadas com promotores, palestrantes e participantes do Clube.

A metodologia netnográfica terá como foco a análise dos seis módulos apresentados no Clube (curso). Através do software *Sonix* serão feitas as transcrições das aulas e por meio do aplicativo de análise textuais, *Voyant Tools*, a classificação e identificação das palavras mais usadas no curso. Com a participação nas aulas, que são virtuais e gravadas, se buscará identificar (e organizar) as principais referências por meio do software *Zotero*, utilizadas com objetivo de investigar as fontes e linhas mestras que visam a legitimação do discurso antifeminista. Ao longo da participação nas aulas será feito um mapeamento das referências bibliográficas através do software *Nvivo* (função codificação rápida com consultas à pesquisa de texto) com intuito de verificar a existência de coincidência na citação de autores, livros, editoras e etc. Será investigado se o clube (curso) é originário ou se há inspiração em outras iniciativas digitais/offlines bem como quais definições são mobilizadas para sustentar suas argumentações.

Para verificar a audiência que o clube/curso mobiliza nas redes sociais e seu nível de repercussão na imprensa, será utilizado o *Google Analytics*. Para compreender o alcance dos livros antifeministas será perguntado à editora Vide Editorial o número de títulos vendidos a partir das obras listadas na bibliografia do curso. A netnografia pretende atender aos objetivos 1 e 3 da pesquisa, nos quais concentra os esforços empíricos na identificação dos conceitos, alcance e temas acionados no Clube Antifeminista.

Para atender o objetivo 2, serão aplicados questionários semiestruturados com três classificações de interlocutores: participantes, promotores e palestrantes. Para o grupo de participantes serão feitas doze entrevistas com objetivo de mapear o perfil de gênero, raça, socioeconômico, educacional e religioso dos inscritos e compreender o que entendem por feminismo e antifeminismo. Para o grupo de palestrantes serão feitas dez entrevistas com objetivo de conhecer suas formações, adesões políticas, pertencas religiosas e seus currículos profissionais e acadêmicos. Para o grupo de promotores serão feitas cinco entrevistas semiestruturadas, ação que inclui entrevistar a fundadora Ana Campagnolo, cujo objetivo é

identificar influências filosóficas/históricas, origens (nasce em um contexto de mandato parlamentar?) e mapear as lideranças da iniciativa digital.

Para materializar as entrevistas com os palestrantes/promotores (conforme disponibilidade do entrevistado, virtual ou presencial) se buscará o e-mail institucional nas redes sociais *Instagram* e/ou *Linkedin* e um convite será enviado. As entrevistas com os participantes serão efetuadas pelos canais de rodas de leitura propostos no *Telegram* “Clube Antifeminista”, utilizados atualmente como dinâmica de integração dos(as) inscritos(as).

## 8. Cronograma



## 9. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, H. B. D. **From shame to visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil**. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, 33, dezembro 2019. 19-41.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sess/a/BhrLr74htzgxgLK8BVtNW49z/?format=pdf&lang=en>>.

Acesso em: 12 de agosto de 2022.

ALVES-JUNIOR, A. G. D.; ROCHA, D. **A direita cristã nos Estados Unidos: usos do passado e projetos políticos (1980)**. Revista de História, [S. l.], 25 março, 2021. 39.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167217>>. Acesso em:

23 de agosto de 2022.

ANTIFEMINISTA, Clube. **Sinopse do Clube Antifeminista**. Cursos Logy, Santa Catarina, 2022. Disponível em: <<https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/>>.

Acesso em: 20 de agosto de 2022.



AQUINO, A. F. **Institucionalização do Antifeminismo no Brasil: Um Estudo Sobre as Articulações de Mulheres Antifeministas no Cenário Político e Social Brasileiro**. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22054/TCC%20>>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

ÂRINO, T. M. **Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937**. Locus: Revista de história, Juiz de Fora, 25, n. 2, 2019. 121-137. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/28563/19933>>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.

BIROLI, F.; CAMPOS-MACHADO, M.; VAGGIONE, J. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONET-MARTÍ, J. **Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión**. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales, Madrid, 18(1), 01 setembro, 2021. 61-71. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/71303/4564456555487>>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BURITY, J. Religião, política e cultura. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 20(2), novembro 2008. 83-113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200005>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

CAMPAGNOLO, A. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas: Vide Editorial, 2019.  
CAMPAGNOLO, A. **Guia de bolso contra mentiras feministas**. Campinas: Vide Editorial, 2021.

CARRANZA, B. **Renovação Carismática Católica. Origens, Mudanças e Tendências**. 2ª edição. ed. Aparecida: Santuário, 2002.

CORDEIRO, J. M. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CORRÊA, S. A **“política do gênero”**: um comentário genealógico. Cadernos Pagu, 185301, 05 abril 2018. 16. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CORRÊA, S.; KALLIL, I. **Brasil: Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos.** Tradução de Nana Soares. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, v. 1. ed, 2021. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

FABRÍCIO, E. L. **Com o rosário na mão: as entidades femininas e a legitimação do golpe de 1964 e da ditadura militar.** Em Debate: Rev. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 5, p. 106-113, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/download/1980-3532.2011n5p106/19855>>. Acesso em 27 de julho de 2023.

FALUDI, S. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** 1ª ed. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. FARRIS, S. In the Name of Women's Rights: The Rise of Femonationalism. [S.l.]: Duke University Press, v. 1, 2017.

FRESTON, P. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política.** Viçosa, MG: Ultimato, v. 1, 2006. KALLIL, I. Incursões da "Ideologia de Gênero": Princípios constitucionais e laicidade do Estado.

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos. **Incursões da "ideologia de gênero" na educação.** 16, n. n.29, 2019. 119 - 128. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/09-sur-29-portugues-isabela-oliveira-kallil.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

KOZINETS, R. Netnografia: **Realizando Pesquisa Etnográfica Online.** Porto Alegre: Penso, 2014.

KUNRATH, M. S.; MAZZILLI, M. P. **Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social.** Revista Brasileira de Sociologia, 08, n. 20, dezembro de 2020. 26-49. Disponível em <<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

LACERDA, M. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre: Zouk, 2019.

LUNA, N. **O debate sobre aborto na câmara de deputados no Brasil entre 2015 e 2017: Agenda conservadora e resistência.** Rio de Janeiro: Dossiê Sexualidade, Saúde e Sociedade, 2019. 33 p. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/DPrqY3CbTh97ZpzQ68ngwnS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

MARCONDES, M. Tese de Doutorado: **Transversalidade de Gênero em Políticas do cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda**. São Paulo: FGV, 2019. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27291>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

MARIANO, R. **Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate**. Civitas, Revista de Ciências Sociais, Outubro-dezembro 2016. 709-726. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.25765>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

MONTERO, P. **Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil**. Novos Estudos, CEBRAP, março 2006. 47-65. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506961.pdf>>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História e Poder**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, 18, n. 36, junho de 2010. 15-23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

PISCITELLI, A.; GOLDANI, A. M. **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero: Recriando a categoria mulher**. Campinas: Textos Didáticos, 2002. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2022.

SOIHET, R. **Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestações de violência simbólica?** Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 13, n. 24, 20 junho, 2008. 191-207. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/875>>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.